



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**JOSÉ WESCLEY DO NASCIMENTO GADELHA**

**A REDE CUCA EM FORTALEZA-CE COMO POLÍTICA PÚBLICA GRATUITA DE  
CARÁTER SOCIOEDUCATIVO DESTINADA ÀS JUVENTUDES**

**FORTALEZA-CE**

**2023**

JOSÉ WESCLEY DO NASCIMENTO GADELHA

A REDE CUCA EM FORTALEZA-CE COMO POLÍTICA PÚBLICA GRATUITA DE  
CARÁTER SOCIOEDUCATIVO DESTINADA ÀS JUVENTUDES

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC  
apresentado ao Curso de Gestão de  
Políticas Públicas do Departamento de  
Estudos Interdisciplinares da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula de  
Medeiros Ribeiro

FORTALEZA-CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G12r Gadelha, José Wesley do Nascimento.

A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes / José Wesley do Nascimento Gadelha. – 2023.

50 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Ana Paula de Medeiros Ribeiro.

1. Políticas Públicas. 2. Rede Cuca. 3. Juventudes. I. Título.

CDD 320.6

---

JOSÉ WESCLEY DO NASCIMENTO GADELHA

A REDE CUCA EM FORTALEZA-CE COMO POLÍTICA PÚBLICA GRATUITA DE  
CARÁTER SOCIOEDUCATIVO DESTINADA ÀS JUVENTUDES

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC  
apresentado ao Curso de Gestão de  
Políticas Públicas do Departamento de  
Estudos Interdisciplinares da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula de Medeiros Ribeiro (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Ms. Oscar Costa Filho  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

---

Prof. Dr. Breno Aloisio Torres Duarte de Pinho  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dedico este estudo a todos os profissionais que exercem seu ofício prezando pelos valores sociais e humanos. Dedico, principalmente, a todas as pessoas que lutam e resistem diante de um sistema tão desigual, visando à perseverança defendida pelo Patrono da Educação, Paulo Freire, a qual impulsiona as camadas populares rumo à transformação da sociedade, inspirada na democracia e nos direitos humanos.

## **AGRADECIMENTOS**

Nesta nota de agradecimentos, expresso, principalmente, minha alegria em ter tido o privilégio de cursar e concluir esta graduação em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Isso revela que os princípios que defendo, os de caráter público e social, são, de fato, a fonte para promover mudanças sociais na vida das pessoas.

Assim, quero agradecer, inicialmente, à minha família, que sempre me apoiou e proporcionou condições para lutar e resistir em busca dos meus sonhos. Certamente, os laços e afetos fortaleceram-me no tecer desta caminhada acadêmica.

Agradeço, também, ao meu círculo de amigos pela parceria, pela cumplicidade no traçar dos meus objetivos. Isso revela que nós, como seres sociais, somos conduzidos por laços e afetos que nos caracterizam como seres humanos.

Minha gratidão estende-se também a todos os professores que contribuíram para a minha formação. Isto possibilitou-me a compreensão do que era desconhecido para mim, proporcionando conhecimentos precisos para poder continuar e avançar sempre.

Meu obrigado especial à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula de Medeiros Ribeiro, pela paciência e por confiar em mim na resolução dos desafios que permeiam o campo acadêmico. Suas orientações ajudaram-me imensamente e nortearam-me rumo a um caminho qualitativo e significativo.

Agradeço à estimada Banca Examinadora por se disponibilizar para a leitura atenciosa deste trabalho. Um olhar atencioso e preciso que tende a enriquecer cada vez mais a promoção de conhecimentos.

De modo geral, muito obrigado a todos que colaboraram de forma direta e indireta na realização desse trabalho.

Aqui estamos na avenida  
Pelas ruas, pela vida  
Marchando com o cortejo  
Que flui horizontalmente  
Manifestando o desejo  
De uma cidade includente...

(Letra de Carlos Rennó - Música de Russo  
Passapusso, Rincon Sapiência e Xuxa Levy, 2018).

## RESUMO

A presente pesquisa aborda a Rede Cuca em Fortaleza-CE como uma política pública em transição, discutindo seu caráter socioeducativo e problematizando sua eficácia em relação às juventudes da cidade, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo deste estudo foi investigar se a Rede Cuca, como política pública gratuita de natureza socioeducativa, voltada para as juventudes em Fortaleza-CE, desempenha um papel relevante como intervenção social. A fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa foi embasada em autores renomados, como Souza (2006), Massambani (2021), Azevedo (2004), Smarjassi e Arzani (2021), Libâneo (2016), Peci, Irigaray e Stocker (2021), Carneiro e Menicucci (2013), entre outros. Essa base teórica proporcionou uma compreensão aprofundada das concepções de políticas públicas, estendendo-se igualmente ao campo da educação e da gestão democrática. Além disso, contamos com as reflexões de autores que se dedicam ao estudo da Rede Cuca, como Silva (2021) e Oliveira e Barbalho (2018), estabelecendo conexões entre suas análises e os fundamentos de políticas governamentais, a exemplo do Estatuto da Juventude (2013) e da Constituição Brasileira (1988). Na prática, foram realizadas observações de campo na Rede Cuca durante os meses de setembro e outubro de 2023. Essas visitas proporcionaram uma abordagem sensível ao fenômeno em investigação, propiciando dados imagéticos que se alinharam com a temática proposta. Com base nisso, o estudo está alinhado com a abordagem conhecida como pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza pela natureza dos dados obtidos. Dentre os procedimentos metodológicos adotados, destacam-se a coleta, organização, tratamento, análise e interpretação dos dados registrados. Os resultados oriundos da associação entre o levantamento bibliográfico e os dados obtidos das observações de campo indicam que a Rede Cuca desempenha, de fato, um papel fundamental para as juventudes da cidade. Além disso, as iniciativas interventivas da Rede Cuca promovem amparo para aqueles que necessitam, efetivando a própria legislação brasileira no que concerne à promoção de políticas públicas voltadas para a sociedade. Desse modo, compreender a Rede Cuca como uma política pública em transição exigiu uma atenção especial às suas formas de intervenção no meio social. Salienta-se, ainda, que tais ações de intervenção devem ser capazes de promover a transformação da realidade social quando necessário, visando à melhoria para a população, e, neste caso, para os jovens de Fortaleza-CE.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Rede Cuca, Juventudes.



## RESUMEN

La presente investigación aborda la Red Cuca en Fortaleza-CE como una política pública en transición, discutiendo su carácter socioeducativo y problematizando su eficacia en relación con los jóvenes de la ciudad, especialmente aquellos en situación de vulnerabilidad socioeconómica. El objetivo de este estudio fue investigar si la Red Cuca, como política pública gratuita de naturaleza socioeducativa dirigida a los jóvenes en Fortaleza-CE, desempeña un papel relevante como intervención social. La fundamentación teórico-metodológica de esta investigación se basó en autores renombrados como Souza (2006), Massambani (2021), Azevedo (2004), Smarjassi y Arzani (2021), Libâneo (2016), Peci, Irigaray y Stocker (2021), Carneiro y Menicucci (2013), entre otros. Esta base teórica proporcionó una comprensión profunda de las concepciones de políticas públicas, extendiéndose también al campo de la educación y la gestión democrática. Además, contamos con las reflexiones de autores que se dedican al estudio de la Red Cuca, como Silva (2021) y Oliveira y Barbalho (2018), estableciendo conexiones entre sus análisis y los fundamentos de políticas gubernamentales, como el Estatuto de la Juventud (2013) y la Constitución Brasileña (1988). En la práctica, se realizaron observaciones de campo en la Red Cuca durante los meses de septiembre y octubre de 2023. Estas visitas proporcionaron un enfoque sensible al fenómeno en investigación, brindando datos visuales que se alinearon con la temática propuesta. Con base en esto, el estudio está alineado con la conocida como investigación cualitativa, que se caracteriza por la naturaleza de los datos obtenidos. Entre los procedimientos metodológicos adoptados, se destacan la recolección, organización, tratamiento, análisis e interpretación de los datos registrados. Los resultados derivados de la asociación entre la revisión bibliográfica y los datos obtenidos de las observaciones de campo indican que la Red Cuca desempeña, de hecho, un papel fundamental para los jóvenes de la ciudad. Además, las iniciativas intervencionistas de la Red Cuca brindan apoyo a aquellos que lo necesitan, efectivizando la legislación brasileña en lo que respecta a la promoción de políticas públicas orientadas a la sociedad. De este modo, comprender la Red Cuca como una política pública en transición requirió una atención especial a sus formas de intervención en el medio social. Se destaca, además, que estas acciones de intervención deben ser capaces de promover la transformación de la realidad social cuando sea necesario, buscando mejorar la vida de la población y, en este caso, de los jóvenes de Fortaleza-CE.

**Palabras clave:** Políticas Públicas, Red Cuca, Juventudes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Localização da Rede Cuca.....	34
<b>Figura 2</b> – Cuca Barra.....	35
<b>Figura 3</b> – Cuca Mondubim.....	35
<b>Figura 4</b> – Cuca Jangurussu.....	36
<b>Figura 5</b> – Cuca José Walter.....	36
<b>Figura 6</b> – Cuca Pici.....	37
<b>Figura 7</b> – Espaço do Cuca Barra. ....	40
<b>Figura 8</b> – Espaço do Cuca Mondubim.....	41
<b>Figura 9</b> – Espaço do Cuca Jangurussu. ....	42
<b>Figura 10</b> – Espaço do Cuca José Walter.....	43
<b>Figura 11</b> – Espaço do Cuca Pici.....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CE	Ceará
Cucas	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
<i>SciELO</i>	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
Univap	Universidade do Vale do Paraíba

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1	Tipo de pesquisa.....	17
2.2	Instrumentos e técnicas de coleta de dados.....	18
2.3	Lócus da pesquisa.....	19
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO SOLUÇÕES PARA MINIMIZAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	20
3.1	Políticas Educacionais.....	25
3.2	Gestão de Políticas Públicas.....	29
4	DISCUSSÃO DOS DADOS.....	34
4.1	A Rede Cuca: concepções, estruturação e atuação.....	34
4.2	A Rede Cuca como política pública para as juventudes.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz para discussão a *Rede Cuca* em Fortaleza-Ce, como uma política pública e gratuita em andamento, bem como seu caráter socioeducativo em relação às juventudes da cidade, sobretudo, aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Rede Cuca refere-se a uma rede composta por cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, conhecidos como Cucas, os quais serão detalhadamente descritos posteriormente.

Em decorrência do entrelaçamento de diferentes assuntos em volta da temática investigativa, este estudo se desdobrou também em discussões sobre políticas públicas no contexto educacional e de gestão, com foco especial na educação não formal em consonância com um modelo de gestão ancorado nos princípios da democracia.

As reflexões sobre políticas públicas, educacionais e de gestão ocorreram em consonância com os princípios das iniciativas e ações socioeducativas da Rede Cuca, que são direcionadas, principalmente, para os jovens das periferias de Fortaleza-CE. Essas iniciativas abordam uma perspectiva inclusiva e de defesa dos direitos humanos.

O caráter socioeducativo presente na Rede Cuca se revela como uma abordagem que é simultaneamente social e educacional, resultando na promoção de conhecimentos significativos para as comunidades jovens, uma vez que está profundamente ligado ao contexto sociocultural. Esse contexto sociocultural está em diálogo constante com a esfera da educação popular, pois leva em consideração a realidade de vida dos jovens e de suas comunidades ao desenvolver suas propostas de intervenção socioeducativa.

Nesse sentido, menciona-se, no decorrer do texto, algumas reflexões de Paulo Freire, enquanto um grande pensador do campo da educação popular que apresenta ponderações acerca da promoção de uma educação conscientizadora e crítica voltada para o engajamento das camadas populares na construção do conhecimento. Isso se atrela às práticas pedagógicas que envolvem a dialogicidade, reflexão e empoderamento das pessoas, visando à transformação social.

Segundo Freire (1987), no contexto da educação popular, é comum assumir um compromisso social com as camadas populares. Esse compromisso é de grande relevância, pois implica em oferecer uma formação crítica e reflexiva que capacita os

indivíduos a intervirem na realidade em que estão inseridos, o que pode levar a mudanças tanto no âmbito pessoal quanto social, tanto para eles próprios quanto para o grupo ao qual pertencem.

Quando se considera a intervenção na realidade e compreende-se que a sociedade atual está baseada nos princípios do sistema capitalista, que procura, na medida do possível, comercializar tanto bens quanto pessoas, é evidente que essas influências se refletem nas relações humanas, resultando em um acentuado estado de desigualdade social entre as populações. No caso específico do município de Fortaleza, capital do Ceará, essas desigualdades afetam uma grande parte da sua população. Isso é evidente em minha própria experiência, já que venho da periferia da cidade e carrego um histórico de luta e resistência para sobreviver em um sistema social tão hierárquico que, muitas vezes, se assemelha a uma zona de conflito, onde as relações de poder prevalecem de forma significativa.

Diante desse contexto tão antagônico, é importante destacar a importância de iniciativas eficazes para combater e corrigir essas desigualdades que afetam a sociedade. Entre essas iniciativas, podemos mencionar a implementação de políticas públicas em diversas dimensões e com diferentes objetivos, visando promover um estado de igualdade, dignidade e humanidade entre as pessoas.

A Rede Cuca, como uma política pública em transição, está alinhada aos princípios de uma política de natureza social, educativa e humanitária, uma vez que oferece às juventudes acesso ao esporte, ao lazer, ao protagonismo juvenil, à cultura, à arte, à educação e a diversas outras iniciativas para assegurar os direitos dos jovens, os quais são protegidos pela *Constituição Brasileira*<sup>1</sup>. E é no campo da educação, mais precisamente no âmbito da educação não formal em diálogo com os fundamentos de uma gestão democrática, como ocorre na Rede Cuca, que esta pesquisa adquire relevância.

Com base nas reflexões de Freire (1997), a educação possui o potencial de desencadear transformações nas pessoas. Assim, acreditamos que no contexto da educação e, especialmente, por meio da educação popular, é possível sensibilizar e emancipar os sujeitos com base em princípios humanitários, uma vez que, na

---

<sup>1</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil, decretada em 1988, representa o conjunto fundamental de leis, normas e regras do país que continua em vigor até os dias atuais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2023.

educação formal, configura-se uma zona de conflitos em domínio dos interesses, principalmente, do sistema capitalista (FREITAS, 2018).

Desse modo, a educação torna-se precisa para o alcance de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, a educação, por si só, é uma política pública que deve ser garantida e fornecida pelas instâncias governamentais, conforme estabelecido na própria Constituição do país.

Nesse contexto, considerando que a Rede Cuca promove o processo de ensino e aprendizagem por meio de iniciativas socioeducativas, especialmente no âmbito da educação não-formal, podemos afirmar que sua importância social está intrinsecamente relacionada à sua finalidade de criar oportunidades para jovens que não têm ou não tiveram acesso a determinadas formações e oportunidades no ambiente em que vivem, inclusive, até mesmo dentro do próprio sistema escolar que frequentam ou frequentaram.

A partir dessa contextualização, surge a seguinte pergunta: A Rede Cuca, como uma política pública destinada às juventudes de Fortaleza-CE, desempenha um papel relevante de intervenção social na realidade dos jovens da cidade? Partindo dessa inquietação, este estudo concentrou-se em investigar as contribuições sociais da rede.

Para alcançar a compreensão das questões em torno dessa pergunta, foi estabelecido como objetivo geral investigar se a Rede Cuca, em Fortaleza-CE, como uma política pública gratuita de natureza socioeducativa, destinada às juventudes, desempenha um papel relevante de intervenção social. Os objetivos específicos incluíram a realização de um levantamento bibliográfico sobre as concepções de políticas públicas e seus desdobramentos sociais, associando posteriormente essas discussões à Rede Cuca e seus propósitos. Além disso, foram realizadas observações de campo na Rede Cuca com a intenção de obter registros imagéticos (fotografias) condizentes com os objetivos do estudo. Assim, os dados obtidos no levantamento bibliográfico foram relacionados com as informações coletadas (fotografias) durante as observações de campo para análise, discussões e conclusões.

Estruturalmente, esta pesquisa encontra-se dividida da seguinte forma: nesta introdução, que apresenta de forma sucinta os assuntos a serem discutidos ao longo do texto. Em seguida, constitui-se o capítulo de procedimentos metodológicos, no qual são apresentadas informações sobre o tipo de pesquisa, instrumentos e técnicas utilizados e sobre o lócus em que foi realizada a coleta de dados em campo.

A parte seguinte é o capítulo teórico que aborda questões relacionadas às concepções de políticas públicas e seus reflexos sociais. Este capítulo desdobra-se também em discussões sobre políticas em educação e no âmbito da gestão de políticas públicas, visando a promoção das relações democráticas e participativas na sociedade.

Segue-se o capítulo de discussão dos dados que trata da Rede Cuca como uma política pública destinada às juventudes de Fortaleza-CE, centrando-se em discussões sobre seus fins socioeducativos em relação aos dados obtidos nas observações de campo. Nesse sentido, estabeleceu-se uma conexão de ideias que discutem sobre a Rede Cuca enquanto uma política pública capaz de promover intervenção na realidade dos jovens de Fortaleza-CE.

Nas considerações finais, foi realizado um balanço dos conhecimentos apreendidos ao longo do estudo. Assim, mostra-se que os conhecimentos agregados revelaram a importância da trajetória de pesquisa tanto na qualificação profissional quanto, principalmente, na dimensão humana que defendemos trazer e exercer no tecer das nossas relações sociais.



## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa é fundamentalmente bibliográfica, documental e de campo. No âmbito bibliográfico, cabe ressaltar que o Estado da Arte que compõe o estudo traz autores que discutem as concepções de políticas públicas e seus desdobramentos sociais na sociedade. Dentro deste conjunto de leituras, destacam-se autores como Melazzo (2010), Souza (2006), Massambani (2021) e outros.

Discutimos também a relação entre políticas públicas e educação, embasando-nos em leituras de autores como Azevedo (2004), Smarjassi e Arzani (2021), Libâneo (2016). Para problematizar as questões educacionais, recorreremos a obras de Freitas (2018) e Freire (1987, 1997). No âmbito da gestão de políticas públicas, dialogamos com as reflexões de Peci, Irigaray e Stocker (2021), Henrique *et al.* (2010) e Carneiro e Menicucci (2013).

Relacionando-se com o contexto da Rede Cuca como uma política pública, conduzimos leituras de autores como Silva (2021) e Oliveira e Barbalho (2018). Além disso, no âmbito documental, recorreu-se às bases da legislação brasileira para reforçar que as reflexões compartilhadas estão em consonância com os princípios legais, tais como o Estatuto da Juventude (2013) e a Constituição Brasileira (1988).

Das fontes de origem que compõem o aporte teórico, destacam-se o uso de livros físicos e virtuais, assim como produções provenientes dos Repositórios Institucionais de Pesquisas (Monografias, Dissertações e Teses) da Universidade Federal do Ceará – UFC e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Também consultamos sites de publicação em revistas e anais de eventos, como *Scientific Electronic Library Online – SciELO*; Conhecer debate entre o público e o privado, da Universidade Estadual do Ceará – UECE; anais do XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, da Universidade do Vale do Paraíba – Univap, entre outros.

Com base nisso, o estudo está alinhado com a abordagem conhecida como pesquisa qualitativa, que diz respeito à natureza dos dados coletados em campo. De acordo com as reflexões de Minayo (2002), a pesquisa qualitativa é compreendida como aquela que busca, em seu escopo, referências sobre o conhecimento

relacionado ao objeto ou fenômeno de investigação, ou seja, o conhecimento desejado sobre o objeto ou fenômeno de pesquisa.

Além disso, outro aspecto das pesquisas qualitativas consiste na construção de conhecimento no âmbito das relações sociais, validando, a partir do campo das Ciências Humanas, os saberes desenvolvidos ao longo do processo de pesquisa. Quando se trata de estudos que abordam as relações humanas e construções sociais, o estudo também se relaciona com o campo de pesquisa em Educação, uma vez que essa área muitas vezes está intimamente ligada às pesquisas qualitativas (Minayo, 2002).

## **2.2 Instrumentos e técnicas de coleta de dados**

Dentre os procedimentos metodológicos adotados, destacam-se a coleta, organização, tratamento, análise e interpretação dos dados (as fotos) registrados. A abordagem qualitativa, aliada à revisão bibliográfica para a construção da base dissertativa e aos dados provenientes das observações de campo, possibilitou alcançar o objetivo proposto no estudo, que consistiu em investigar se a Rede Cuca, como política pública e gratuita, estando em diálogo também com os desdobramentos das políticas educacionais e de gestão, uma vez que envolve iniciativas socioeducativas para jovens da cidade de Fortaleza-CE rumo à democracia. Com isso, a rede tem desempenhado um papel relevante na intervenção social na realidade das juventudes e, como consequência, nas comunidades ao seu redor.

A técnica utilizada para coletar os dados em campo foi a observação, realizada entre os meses de setembro a outubro de 2023. Optamos por realizar observações de campo por dois motivos específicos: 1 – Acreditamos e constatamos, ao longo das visitas aos Cucas, que o ambiente expressa linguagens que comunicam a realidade que permeia as vidas dos sujeitos que frequentam esses locais. Além disso, o território também representa a marca das lutas e resistências das populações que o ocupam. No caso da Rede Cuca, manifestou de forma evidente os anseios, desejos e sonhos almejados pelas juventudes que se sentem acolhidas e representadas nesses espaços. 2 – Devido ao limite de tempo para a realização da pesquisa, enfrentamos um período curto para a tramitação tanto das abordagens teóricas quanto práticas para a efetivação do estudo. Portanto, dentre os motivos para nos restringirmos apenas às contribuições por meio de registros imagéticos foi a falta de tempo para

realizar procedimentos que envolvem diretamente os seres humanos (agentes e jovens da rede). Sabe-se que para obter contribuições diretas de pessoas no desenvolvimento de uma pesquisa, seria necessário realizar diversas tramitações junto ao Comitê de Ética da instituição/UFC.

### **2.3 Lócus da pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada nos 5 equipamentos que constituem a Rede Cuca existentes no município de Fortaleza. Os Cucas visitados encontram-se localizados nos seguintes bairros de Fortaleza-CE: Barra do Ceará, nº 6417; Mondubim, s/n; Jangurussu, s/n; José Walter, nº 69; e Pici, nº 1499. A descrição desses locais está apresentada no item 4.1.

Por fim, os caminhos metodológicos percorridos para a execução desta pesquisa estão diretamente associados aos seus objetivos. Em resumo, corrobora-se com os conhecimentos relacionados às políticas públicas por meio de uma abordagem sensível e crítica, o que se desdobra em discussões reflexivas sobre a potencial intervenção social proporcionada pela Rede Cuca na vida de muitos jovens da cidade de Fortaleza-Ce.

### 3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO SOLUÇÕES PARA MINIMIZAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Sobre as concepções de políticas públicas, é possível compreender, inicialmente, que as ideias acerca de suas significações, segundo o *Dicionário Online de Português*, desdobram-se a partir do uso das palavras em si, para posteriormente se referirem ao termo em questão. Assim, no que diz respeito à *política*, pode-se dizer que esta palavra "vem do verbo politicar. Ocupar-se de política; discorrer sobre política" (Dicio, online). Por outro lado, no que se refere à palavra *pública*, esta indica que é "Relativo ao povo, à população em geral: vontade pública. Relacionado com o governo de um país: medidas públicas" (Idem).

Partindo desse preceito, e considerando os entrelaçamentos entre essas duas palavras, Melazzo (2010, p. 11) contribui para a compreensão do termo, referindo-se, primeiramente, à palavra política.

Política é um conceito abrangente, que pode ser compreendido enquanto ciência dos fenômenos referentes ao Estado ou ao Governo; sistema de regras que dizem respeito à direção dos negócios e à administração pública; arte de governar os povos ou ainda – e mais genericamente – refere-se ao poder, resolução de conflitos ou mecanismos de tomadas de decisão. Outra linha de análise nos remete ao ato de pessoas ou grupos de pessoas se fazerem presentes e participantes de atividades que visem transformar ou manter uma certa realidade, sempre localizadas em um espaço geográfico e histórico, que pressupõe movimento e constante renovação.

Desse modo, o autor lança luz à ideia de política de forma mais elaborada do que a apresentada no *Dicionário Online de Português*, ou seja, pensar e fazer política (politicar) se manifesta por meio de iniciativas que relacionam aspectos individuais e sociais. Assim, as iniciativas políticas possuem sua essência na transição do âmbito individual para o coletivo, o que é reforçado pelo autor mais adiante ao abordar a integração da palavra "pública".

Cabe, em primeiro lugar, clarear um pressuposto básico da análise a ser aqui desenvolvida, que diz respeito ao adjetivo "público" acoplado ao substantivo "política".

Como já referenciado anteriormente, toda política é, necessariamente, pública...

São duas as questões relevantes, a nosso ver. A primeira diz respeito ao "quem" as formula e implementa, ou seja, diz respeito aos autores das políticas públicas. A segunda, por sua vez, relaciona-se aos destinatários, ao público alvo ou à clientela (MELAZZO, 2010, p. 13).

Diante do exposto, percebe-se que, para compreender o uso do termo, é necessário entender que as iniciativas/ações políticas estão intrinsecamente relacionadas à natureza pública. Isso engloba a iniciativa de *politicar* a partir de uma perspectiva social, ou seja, uma ação voltada para o povo.

Em diálogo com esse assunto, Souza (2006, p. 24) apresenta sua compreensão acerca das políticas públicas a partir de estudos de autores que refletem sobre o termo, ressaltando que não existe uma definição específica devido à enorme complexidade que envolve sua dimensão reflexiva.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

A associação entre os interesses das esferas governamentais e das populações está ligada ao contexto em que as relações sociais são estabelecidas. Essas relações podem, em cada período e contexto, identificar a necessidade de resolver problemas emergentes no âmbito social. Tais problemas podem demandar a intervenção daqueles que detêm o poder, como os governantes, o que implica na implementação de políticas públicas como medidas necessárias para a promoção de mudanças na realidade social.

Nesse sentido, a autora busca, ainda, complementar a compreensão das políticas públicas, mas reconhecendo a complexidade desse assunto.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

A autora faz alusão à necessidade da implementação de governos democráticos para alcançar sociedades inspiradas no bem-estar de seus cidadãos. Dessa forma, inserindo-se nos objetivos do Estado, as mudanças sociais provenientes

da promoção de políticas públicas voltadas para consolidar a justiça social conferem uma nova significância às ações governamentais em direção à democracia.

A constituição de um governo democrático estabelece o Estado como agente responsável na promoção de iniciativas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Os serviços prestados e provenientes das esferas governamentais devem promover e assegurar o bem-estar de toda a cidadania, independentemente das diferenças de gênero, raça e classe que permeiam a sociedade.

Nos estudos realizados por Massambani (2021), é apresentada de maneira sucinta a concepção de cidadania. Posteriormente, estabelece-se uma relação entre Estado/governos e cidadãos, enfatizando a interligação de direitos e deveres que devem propiciar e garantir diversas formas de vida.

Rezende Filho e Câmara Neto (2001) ao discutirem o conceito moderno de cidadania, constatam que este é associado às mudanças nas estruturas sociais, que na atualidade pode ser caracterizada pela relação da sociedade política e seus membros. Assim, compete ao cidadão agir em benefício da sociedade, ao passo que esta deve assegurar-lhes os direitos fundamentais à vida, e de forma conseguinte à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros (MASSAMBANI, 2021, p. 10).

Desse modo, a sociedade e suas formas de políticas e governos devem estabelecer relações em prol do alcance de condições de vida digna para seus cidadãos. Dentro de uma perspectiva de um Estado democrático, é explícita na legislação vigente do país a garantia das condições dignas de vida diante das desigualdades sociais que são reproduzidas nas estruturas sociopolíticas. Quando as condições básicas/dignas de vida estão fora do alcance da população, ou de uma parte da mesma, cabe ao Estado buscar formas de reparação dessas injustiças. Acerca desse assunto, o autor prossegue:

No entanto, os mesmos autores também denunciam que as garantias constitucionais e os acordos internacionais do século passado não deram conta de efetivar uma cidadania plena, pautada na liberdade, igualdade e efetivação desses direitos, pois embora as sociedades sejam democráticas, numerosos cidadãos encontram-se à margem dos processos de decisão política e alienados de seus direitos essenciais (MASSAMBANI, 2021, p. 10).

Com base no enunciado e reconhecendo que a sociedade capitalista é fundamentada em desigualdades sociais, as formas de governo, especialmente

aquelas de natureza progressista e democrática, buscam encontrar maneiras de reparar, ou ao menos minimizar, as injustiças que reverberam na conjuntura social de cada período. Como meio de reparação, surgem iniciativas de intervenção na realidade, destacando-se, no caso em questão, a promoção de políticas públicas capazes de induzir mudanças sociais.

Diante do exposto, Massambani (2021) delinea as bases de sua fundamentação teórica, especificamente no que concerne à compreensão dos procedimentos que estruturam as políticas públicas como estratégia de reparação das desigualdades e promoção de intervenção em determinadas realidades. Para desenvolver e efetivar/consolidar uma política pública, conforme indica o autor, é necessário seguir sete passos:

Escolheu-se, por nível de detalhamento e ampla aceitação no meio acadêmico, o modelo proposto por Leonardo Secchi, em seu livro *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos de 2010*. Destacam-se sete fases principais: 1) Identificação do Problema; 2) Formação da Agenda Pública; 3) Formulação de Alternativas; 4) Tomada de Decisão; 5) Implementação; 6) Avaliação; 7) Extinção (MASSAMBANI, 2021, p. 15).

Esses sete passos configuram a elaboração e efetivação de políticas públicas, seguindo uma ordenação lógica. O primeiro refere-se à identificação do problema público, desvelando a distância entre a realidade de vida e o ideal de vida almejado. O segundo diz respeito à formação da agenda pública, que trata do conjunto de problemas e temas considerados pertinentes e que merecem ser abordados na realidade social dos cidadãos. O terceiro passo consiste na formulação de alternativas, que se configura no arquétipo da definição de objetivos e estratégias sobre as possibilidades propostas. Isso se desdobrará em iniciativas, métodos e ações a serem utilizados (MASSAMBANI, 2021).

A quarta etapa é a tomada de decisão, que sucede a definição de objetivos e métodos. Nesse sentido, "[...] a tomada de decisão pode ser feita tanto olhando de forma direta ao problema e buscando uma solução mais específica para si, como pode ser feita ainda em um processo de ir e vir entre problemas e soluções" (MASSAMBANI, 2021, p. 18). A quinta etapa é a implementação, considerada a parte prática da consolidação da política pública. Pode-se dizer que é a concretização dos planos, da teoria à ação.

O sexto passo é a avaliação, que, mesmo sendo considerada a penúltima etapa, é importante e não significa a finalização da ação implementada. Nesse ponto o autor reforça a relevância da avaliação ao ressaltar: "[...] muito distante disso, a avaliação permeia o ciclo em todas as etapas, sendo ela *ex ante* (antes), *in itinere* (monitoramento durante) e/ou *ex post* (depois). Em cada momento se faz relevante esse exercício de examinar a política proposta com criticidade" (MASSAMBANI, 2021, p. 21). E a sétima é a extinção, que, em analogia com o esquema dos procedimentos evidenciados, implica que o ciclo precisa chegar a um fim para que possa recomeçar. A extinção abrange causas que, segundo o autor, representam a resolução do problema e o alcance, ou não, do objetivo.

Como as ações e políticas públicas adotadas geram efeitos na vida das pessoas, sua extinção também tem efeitos. Ações de caráter distributivo, como entrega de alimentos aos mais carentes, tendem a nunca serem encerrados, pois a carência atendida não se extingue (MASSAMBANI, 2021, p. 22).

Ao fazer a referida alusão, nota-se que o autor problematiza e, ao mesmo tempo, escancara os problemas sociais que permeiam a realidade concreta da sociedade, como a necessidade da implementação de políticas de distribuição de alimentos, uma vez que minimizam a injustiça social, como o combate à fome. No entanto, em essência, a fonte, a causa dos problemas, não é extinta, que é a permanência da desigualdade. Nesse sentido, as políticas públicas surgem como reparação e, ao mesmo tempo, possibilitam aos sujeitos a problematização das questões raízes que originam e alimentam a reprodução das desigualdades, buscando soluções mais precisas e justas para resolvê-las.

Desse modo, percebe-se que a conceituação de políticas públicas, juntamente com noções de seus procedimentos, reflete, principalmente, o estado da realidade social em que as pessoas se encontram imersas nessa sociedade capitalista, que, por natureza, se mostra tão antagônica. Em diálogo com essa linha de pensamento, retomamos as reflexões de Melazzo (2010), agora reforçando a dimensão interventiva do Estado em função da democracia de um país.

Assume-se, então, a concepção de que o Estado deva ser considerado não como uma agência a serviço única e exclusivamente da "reprodução do capital" ou "a serviço de elites dominantes". Na realidade, o Estado cumpre funções que vão além de apenas garantir a reprodução do capitalismo, enquanto modo de produção, e se coloca sempre a possibilidade de absorver



demandas e conduzir ações permeadas por processos decisórios e mediações institucionais mais complexos (MELAZZO, 2010, p. 16).

Desse modo, o Estado deve desempenhar seu papel para todos os seus cidadãos, não apenas para uma parcela exclusiva (a classe dominante). Assim sendo, a formulação de políticas e sua implementação devem garantir o alcance de todos os cidadãos aos seus direitos, especialmente aqueles que, por questões sócio-históricas, encontram-se em condições desprivilegiadas diante de um sistema capitalista pautado/alimentado nas desigualdades sociais.

### **3.1 Políticas Educacionais**

Partindo do explicitado acerca da relação entre Estado/governo e cidadania/cidadãos, rumo ao modelo de uma sociedade democrática progressista, e tendo pautado sobre a necessidade de medidas interventivas de mudanças na realidade para o alcance de uma utopia social, centramos como foco as necessidades da implementação de políticas públicas em suas diferentes faces para a asseguuração e defesa dos direitos sociais/humanos. Como frisado por Massambani (2021), esses direitos fundamentais configuram-se no bem-estar de vida para os cidadãos, garantindo-lhes acesso à moradia, alimentação, trabalho, saúde, educação e outros.

Percebemos também que a implementação de políticas públicas assume o compromisso de reparação aos erros cometidos pela sociedade, a qual atualmente é regida e estruturada pelos moldes do sistema capitalista. Desse modo, para além da reparação das injustiças cometidas no passado e refletidas ainda no presente, as políticas públicas possibilitam também a promoção de uma formação crítica e reflexiva dos cidadãos perante a garantia do acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

À vista disso, vamos ao encontro das reflexões de Azevedo (2004, p. 5) ao ressaltar que "[...] abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas que representam a materialidade da intervenção do estado". Com base nisso, nota-se que, por meio da educação, é possível propiciar uma base teórico-prática necessária para a mobilização/conscientização das camadas populares em relação aos seus direitos e deveres entrelaçados ao Estado e à sociedade.

Portanto, dialogamos com a ideia da educação como um direito a ser garantido, o qual corrobora com a promoção de mudança na realidade social dos indivíduos, pois, de acordo com Dewey (2007), a educação sendo compreendida como um processo social, resulta no crescimento da sociedade. Para o autor, a educação não apenas reflete a sociedade, mas pode se tornar a força motriz para a promoção de mudanças sociais.

Desse modo, a promoção de uma educação emancipadora/humanística enquanto um dos direitos garantidos constitucionalmente, pode e deve assumir o papel de conscientização e de criticidade dos sujeitos para que estes, conseqüentemente, possam ser agentes também de mudanças na realidade em que estão inseridos.

Diante do exposto e relacionando com o objetivo deste estudo, as discussões aqui desdobram-se também, na ideia de políticas públicas no contexto educacional, em particular no âmbito da educação não formal, uma vez que este se desdobrou na Rede Cuca, que não faz parte da esfera da educação formal. Assim, ao considerar a educação como uma política pública garantida legalmente na Constituição Brasileira de 1988, é possível afirmar que as ações socioeducativas promovidas na Rede se consolidam como uma necessidade das camadas populares, que, por sua vez, buscam encontrar estratégias de mudança na realidade em sua volta.

Ressalta-se, também, que a educação, como um dever do Estado a ser garantido conforme estipulado na própria legislação brasileira, configura o direito de todas as pessoas em acessá-la. No entanto, mesmo estando assegurado no campo legal, esse direito ainda enfrenta obstáculos a serem superados para uma efetivação plena e integradora.

No tocante a esse assunto, Azevedo (2004) também lança uma problematização que abrange as atribuições do Estado na promoção das políticas públicas em educação, o qual assume, ou deveria assumir, uma postura de protetor dos interesses públicos. Diante disso, cabe ao Estado, dentro de um contexto de democracia, responsabilizar-se pela consolidação das leis na prática.

Com base na economia política clássica, surge a concepção da "democracia utilitarista", postulando a "neutralidade" do Estado. De acordo com esta teoria, cabe ao Estado o papel de guardião dos interesses públicos. Sua função é tão-somente responder pelo provimento de alguns bens essenciais, a exemplo da educação, da defesa e da aplicação das leis... (AZEVEDO, 2004, p. 9).

A problematização em torno da ideia da suposta neutralidade do Estado diante de determinadas situações de cunho político-social nos remete à reflexão sobre a ausência do mesmo em situações que necessitam de sua intervenção. Baseando-se nas ideias explicitadas a partir da teoria da economia política clássica, ao defender a propagação de uma democracia utilitarista, pode-se dizer que, em algumas circunstâncias, há um desvio dos propósitos sociais do Estado em função de interesses neoliberais/capitalistas.

Ante o exposto, as políticas relacionadas à educação devem ser asseguradas, proporcionando uma reflexão sobre os problemas que reverberam no meio social, a fim de questionar também a suposta neutralidade estatal perante a tomada de partido em determinadas decisões/situações.

Em vista disso, as políticas públicas relativas à educação podem ser denominadas como políticas educacionais, e estas devem ser garantidas pelo Estado em suas representações governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. Entre os desafios para a efetivação das políticas educacionais, podem-se mencionar diversos, como a falta de investimentos financeiros e de forma mais precisa, a precarização das instituições de ensino, a sobrecarga de demandas e sobreposições que recaem sobre os agentes da educação e também sobre os estudantes, que por sua vez, sofrem os impactos desses descasos. Estes são apenas alguns exemplos dentre muitos outros que permeiam a realidade educacional no Brasil.

Deste modo, as políticas educacionais se configuram como bandeiras de luta que resistem firmemente até os dias atuais em busca de sua consolidação. Sobre esse assunto, Smarjassi e Arzani (2021, s.p.) ressaltam:

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país. A partir dessa definição de políticas públicas educacionais, é preciso avaliar criticamente em que medida, no que se refere a direito à Educação, elas têm sido concretizadas, isto é, se de fato têm sido corporificadas.

Além da tentativa de consolidar a educação de forma universal e integradora, que se encontra em estado de luta constante, outro aspecto relevante para discussão são os fins educativos, ou seja, se a educação cumpre ou não o papel de proporcionar

condições e preparar os sujeitos para a vida. Sabe-se que as relações de poder permeiam a realidade do sistema capitalista, e este, como já mencionado anteriormente, tenta, na medida do possível, transformar tudo e todos em meios de produção em busca do lucro.

No entanto, com a rápida e selvagem ascensão do capitalismo em escala mundial, o neoliberalismo assumiu as rédeas da economia, reverberando um novo formato de educação redefinido a partir da lógica de mercado, exercendo controle com a apresentação de metas, objetivos, produtos e resultados, tal como aplicado na economia (SMARJASSI; ARZANI, 2021, s.p.).

Assim, no contexto da educação formal, entende-se que os currículos escolares/acadêmicos assumem um estado de sobreposição nas áreas do conhecimento, sujeitando aquelas que não se enquadram exclusivamente aos interesses capitalistas à condição de inferioridade diante das demais (FREITAS, 2018). Dessa forma, as desigualdades reverberadas na sociedade se manifestam de diferentes modos, não só nas formas mais explícitas (objetivas), como no tangente das relações humanas, mas também nos fins subjetivos que moldam os sujeitos.

Diante do enunciado, ressalta-se que é por meio de uma educação conservadora e produtivista que tudo isso é reverberado no contexto social, deixando de lado a promoção de uma educação para a vida em prol de uma destinada exclusivamente ao mercado de trabalho. Freire (1987) caracteriza isso como educação bancária, direcionada aos interesses capitalistas, a qual tende, na maioria das vezes, a converter os estudantes em uma clientela pronta para receber conhecimentos como se fossem depósitos vazios, ou seja, como se fossem seres não pensantes.

A conversão ou mercadorização da educação trata-se de uma iniciativa de origem longínqua, sobretudo dentro de um contexto neoliberal, onde o capitalismo intensifica a tentativa de transformar tanto a educação quanto tudo e todos em mercadoria. Em consonância com essa linha de pensamento, Libâneo (2016, p. 48) critica a maneira pela qual a educação é refletida no meio social, distanciando-se dos princípios educativos relacionados à emancipação humana em detrimento dos interesses do capitalismo.

Nesse enfoque de educação, os papéis da escola e do ensino referentes aos conteúdos científicos e ao desenvolvimento da capacidade de pensar estão

ausentes, a despeito do uso de termos edificantes como desenvolvimento humano, aprendizagem para todos, equidade, inclusão social. A escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escola simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho.

Sabendo disso e associando ao aprofundando das leituras de Freire (1997), nota-se que é preciso sensibilizar e conscientizar as camadas populares para que haja intervenção na realidade, pois, enquanto a educação conservadora objetiva a alienação do povo rumo, exclusivamente, aos interesses mercadológicos, a educação popular pode se configurar como a chave para a liberdade, pois, além de confrontar a lógica conservadora/produtivista, ela direciona seus princípios socioeducativos para uma formação crítica, consciente e humanizada. Desse modo, no campo da educação popular, a educação assume um caráter social, político, crítico e cultural mais condizente com as necessidades das camadas populares, e nesse contexto, as pessoas podem ter acesso a formações que até então foram ou são marginalizadas no ambiente escolar, uma vez que a escola reflete uma zona de conflitos e hierarquização das áreas do conhecimento (das disciplinas).

No contexto da educação não-formal, caracterizam-se as iniciativas socioeducativas como medidas mediadoras do processo de ensino e aprendizagem em consonância com os interesses e necessidades das camadas populares. Na Rede Cuca, essas manifestações se corporificam de diferentes formas, revelando que as pautas sociais impactam na realidade dos jovens da cidade.

A Rede Cuca enquanto política pública que integra um caráter socioeducativo dialoga também com uma política educacional voltada para jovens que, de algum modo, necessitam de acesso à formação social, cultural, artística, tecnológica, esportiva e outras que, infelizmente, a escolarização deixa a desejar. Salienta-se ainda que as discussões que ancoram a base dissertativa deste estudo problematizam o contexto da educação formal no âmbito do ensino público e gratuito, não se direcionando às questões da educação privada, a qual merece outra gama de leituras, reflexões e críticas.

### **3.2 Gestão de Políticas Públicas**

Sucedendo as discussões acerca das concepções de políticas públicas e políticas educacionais, juntamente com os desdobramentos reflexivos de suas

influências no meio social, torna-se relevante abordar também o modo pelo qual essas políticas são articuladas em cena, isto é, a maneira como permeiam suas formas de gestão. Desse modo, considerando que nosso foco de estudo concentra-se na Rede Cuca, e ciente de que se trata de uma rede voltada para atender as juventudes da cidade de Fortaleza-CE, com ênfase naquelas em estados de vulnerabilidade socioeconômica, as formas de gestão devem associar-se aos fundamentos democráticos de inclusão social.

O Estado e suas formas de governo devem inspirar-se no modelo de sociedade almejado pela democracia, buscando contemplar seus cidadãos com os direitos necessários para que estes possam comprometer-se com seus deveres sociais. Dessa forma, os cidadãos terão maior propriedade para assumir uma postura de agentes de transformação, possibilitando mudanças na realidade por meio de uma relação bem-sucedida entre cidadania e país.

Partindo disso, as concepções de democracia devem fazer-se presentes, ainda mais nos modos em que a gestão das políticas públicas será ou é articulada. Portanto, para atingir esse objetivo, é importante abordar também os fundamentos que sustentam a ideia de gestão de políticas públicas. Para isso, compartilharemos algumas reflexões sobre o assunto.

Inicialmente, debruçamos nas leituras de Peci, Irigaray e Stocker (2021, p. 01), os quais lançam luz sobre reflexões introdutórias acerca dos fundamentos administrativos no que tange à gestão pública.

O campo da administração e da gestão públicas tem por interesse atuar na prestação dos serviços governamentais, gerenciando programas e estimulando a implementação de políticas na área, tendo como responsáveis e interessados, em sua grande maioria, administradores, formuladores de políticas, populações constituintes e toda a sociedade, em nível local, estadual, nacional ou internacional.

A prestação de serviços de cunho governamental visa à formulação e entrega de serviços na área administrativa, o que influencia diretamente a gestão das políticas públicas. As políticas elaboradas e implementadas devem abranger as realidades que perpassam diferentes contextos e espaços ao longo de cada período. Esses contextos consideram desde as realidades micro, ou seja, locais, até as realidades macro, que abrange um caráter nacional/internacional.

Diante do exposto, a gestão de políticas públicas conta com agentes qualificados para lidar com questões de caráter social, o que se associa fortemente às suas concepções iniciais ao tratar as políticas como uma iniciativa voltada para a coletividade, ou seja, de cunho social. Em conciliação com essa ideia, Henrique *et al.* (2010) reforçam a importância da precisão qualificada na gestão de políticas públicas para o alcance do bem maior dos agentes na execução de seu ofício, que é o bem-estar da sociedade.

As políticas públicas são maneiras ou as formas utilizadas pelo gestor na condução do sistema econômico, social, ambiental e outros, tendo como foco promover atingir objetivos prédefinidos que traga melhoria efetiva à população e que atenda aos princípios constitucionais, ou seja, que tragam legalidade ao ato realizado. É claro que tudo isso tem como finalidade atingir o bem maior da administração pública, que é o bem estar da sociedade (Henrique *et al.* 2010, p. 01).

O alcance efetivo dos princípios constitucionais resulta no trabalho bem executado de uma gestão fundamentada nas bases legislativas. O compromisso social no desenvolver de suas funções ressignifica a forma como as relações humanas são estabelecidas em modelos de sociedades antagônicas que se assemelham, principalmente, a um campo de disputa onde sobrevivem (melhor) os que possuem melhores condições socioeconômicas.

Nesse contexto, destaca-se novamente a questão das desigualdades sociais que fundamentam as estruturas do sistema capitalista. As políticas públicas, quando conduzidas por uma gestão democrática ciente dessas complexidades na realidade social, podem ser a chave para desencadear aberturas visando a promoção de mudanças emergentes e necessárias nessa realidade controversa. Dessa forma, uma gestão consciente preocupa-se para além da prestação de serviços de caráter assistencialista, como exemplificado nas políticas educacionais anteriormente abordadas, e busca ser capaz de transformar em justiça social as sequelas subjetivas e objetivas das desigualdades dispersas e naturalizadas na sociedade capitalista.

De acordo com Henrique *et al.* (2010), a gestão de políticas públicas deve ser regida por princípios e propósitos definidos em direção à administração pública, garantindo a manutenção de um Estado democrático aspirado na liberdade e garantia dos direitos humanos.

As iniciativas governamentais em transição no que tange às políticas públicas devem colaborar para o alcance de um objetivo social diante da reparação ou solução

de um problema que venha a existir dentro de um contexto e período. A intenção de solucionar o problema deve ser prevista antes mesmo da implementação das políticas públicas, ou seja, como já mencionado anteriormente, requer um levantamento do problema até mesmo a extinção do mesmo. Nesse sentido, Henrique *et al.* (2010, p. 03) salientam:

Na gestão pública, ao definir o planejamento econômico regional, o maior desafio encontrado é traçar caminhos que levem ao sucesso das políticas implantadas. O desafio neste caso não é adivinhar o futuro, mas criá-lo e isso pode ser obtido traçando metas e tentar alcançá-las.

Diante do exposto, os caminhos a serem percorridos em torno da implementação de políticas públicas se fundamentam na construção de um futuro almejado. E ainda, no tocante ao assunto, os autores destacam que:

O Estado, conforme definido pela Constituição Federal de 1988 possui autonomia para definir políticas públicas em seus diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal) e implementá-las tendo como meta atingir seus objetivos (Henrique *et al.* 2010, p. 05).

Os objetivos devem ou deveriam estar alinhados aos princípios constitucionais que prezam pelos direitos humanos, aspirando à construção de uma gestão de políticas públicas fundamentada na democracia. Sabendo disso, ressalta-se a importância de uma gestão comprometida socialmente com seus cidadãos. Esse compromisso deve ressignificar-se no tecer das relações humanas, revelando que, para além dos domínios do interesse do Sistema Capitalista, a sociedade pode e deve comprometer-se com os direitos humanos.

Os valores humanos devem ser prioridade no tratar das relações governamentais, o que refletirá na formulação de propostas sociopolíticas a serem geridas em função da sociedade como um todo. Nesse aspecto, fundamentamo-nos também nas concepções de gestão de políticas públicas a partir das reflexões de Carneiro e Menicucci (2013, p. 136), que ressaltam:

Assume-se aqui a concepção de que gestão é um ato complexo que nos aproxima do mundo da política (Brugué e Subirats, 1996). Diferentemente da gestão privada, a gestão pública deve permitir a expressão de valores que não são apenas instrumentais, mas políticos. Nesse sentido, não se limita aos meios, mas incorpora também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa, orientando-se a partir de valores sociais.



A superação da logística de oferta dos valores, propriamente, instrumentais ou assistencialistas, é um desafio a ser combatido de forma contínua, pois as forças e interesses públicos-privados demarcam uma zona de conflitos dentro da própria conjuntura social. Diante disso, a propagação dos valores humanos/sociais encontra-se em processo e luta constante, sendo que as relações de poder permeiam fortemente as esferas governamentais.

Diante de um cenário democrático e de direito, o Estado deve dispor de agentes responsáveis para gerir as políticas de interesse público, como nos alegam ainda, os autores a seguir:

Dentro da lógica política, a gestão pública deve facilitar a expressão de vontades, mediar entre elas e encontrar valores para conduzir as ações. Nessa perspectiva, a análise da gestão pública é indissociável da análise do Estado e sua configuração, o que remete ao papel por ele assumido historicamente em diferentes contextos. Pensar da evolução histórica a gestão pública bem como, de forma prospectiva, as tendências ou possibilidades de seu desenvolvimento futuro remete a uma reflexão sobre o papel esperado do Estado no momento atual (Carneiro; Menicucci, 2013, p. 136).

Partindo dessa premissa, o Estado, antes de tudo, possui uma função social, o que lhe atribui a obrigatoriedade de tratar e propor medidas interventivas para transformar a realidade, ou as realidades, dos seus cidadãos que necessitam do seu amparo. A gestão de políticas públicas, por sua vez, deve comprometer-se com a promoção/realização dessas medidas interventivas por meio de políticas públicas e outros serviços de cunho social.

A prestação de serviços deve trilhar o caminho em direção à democracia, fazendo com que as pessoas se sintam acolhidas/pertencentes ao meio social em que estão inseridas. Esse acolhimento não deve limitar-se ao estado de integração dos sujeitos, mas sim à inclusão social, pois, com base na Constituição Brasileira, os direitos devem contemplar a todos os cidadãos de forma efetiva/inclusiva.

Desse modo, centramos nossa temática de estudo na Rede Cuca como uma política pública voltada para as juventudes do município de Fortaleza-CE, contemplando, especialmente, aquelas oriundas das periferias da cidade. A rede configura-se na interligação estrutural de uma política pública, educacional e de gestão comprometida com os valores humanos, de caráter político-social inspirado nos pilares da democracia.

## 4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta os dados coletados na pesquisa tanto por meio das fontes bibliográficas e documentais como pela técnica da observação realizada em campo.

### 4.1 A Rede Cuca: concepções, estruturação e atuação

Como já anunciado anteriormente, esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Rede Cuca. Assim, para traçar as bases do seu desenvolvimento, consideramos pertinente apresentar algumas informações acerca da rede.

A Rede Cuca é composta por cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, conhecidos como Cucas, e foi instituída pela Prefeitura de Fortaleza-Ce, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. As cinco entidades que fazem parte da Rede são: Cuca Barra, Cuca Mondubim, Cuca Jangurussu, Cuca José Walter e Cuca Pici.

**Figura 1** – Localização da Rede Cuca.



**Fonte:** Instagram da Rede Cuca. Disponível em: <<https://www.instagram.com/redecucaoficial/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

O primeiro equipamento a ser criado foi o Cuca Barra, no ano de 2009.

**Figura 2 – Cuca Barra.**



**Fonte:** Site da Rede Cuca. Disponível em: <<https://institutocuca.org.br/equipamentos/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Em 2014, foram criadas mais duas unidades: Cuca Mondubim e Cuca Jangurussu.

**Figura 3 – Cuca Mondubim.**



Fonte: Site da Rede Cuca. Disponível em: <<https://institutocuca.org.br/equipamentos/>>. Acesso em:16 nov. 2023.

**Figura 4 – Cuca Jangurussu.**



Fonte: Site da Rede Cuca. Disponível em: <<https://institutocuca.org.br/equipamentos/>>. Acesso em:16 nov. 2023.

No ano de 2020, foi criado o Cuca José Walter, e mais adiante, em 2022, o Cuca Pici.

**Figura 5 – Cuca José Walter.**



Fonte: Site da Rede Cuca. Disponível em: <<https://institutocuca.org.br/equipamentos/>>. Acesso em:16 nov. 2023.

**Figura 6 – Cuca Pici.**



**Fonte:** Site da Rede Cuca. Disponível em: <<https://institutocuca.org.br/equipamentos/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Essas entidades, conhecidas como Cucas, têm como objetivo promover o desenvolvimento dos jovens da cidade, oferecendo oportunidades de ensino e aprendizado em áreas como Arte, Cultura, Educação, Tecnologias Digitais, Esportes e outras iniciativas de cunho social (Fortaleza, 2023). As oportunidades de ensino e aprendizado configuram-se na oferta de cursos e outras formações, conforme apresentado por Silva (2021, p. 28-29):

[...] os CUCAs, oferecem cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que têm como proposta (segundo o referido documento), fortalecer o protagonismo juvenil e realizar a promoção e a garantia de direitos humanos. Visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural, por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema. Com isso, a instituição prevê o acesso de jovens à difusão cultural, às práticas esportivas, formações e produções na área de comunicação, ações de promoção dos direitos humanos, eventos diários e cursos de formação em áreas como fotografia, cinema, teatro, inglês, produção cultural, dança, moda, informática, natação, pilates, futebol, basquete, handebol, capoeira, muay thai, dentre outras áreas educativas.

A proposta da Rede, como política pública e gratuita, surgiu da necessidade de fortalecer o protagonismo juvenil, especialmente nas periferias de Fortaleza-Ce, proporcionando aos jovens a oportunidade de traçar novos rumos em busca de seus

sonhos. Essa iniciativa política está alinhada, principalmente, ao *Estatuto da Juventude*<sup>2</sup>, que visa fomentar a inclusão social dos jovens em diversos setores da sociedade, sobretudo no contexto socioeducativo.

#### 4.2 A Rede Cuca como política pública para as juventudes

Após a partilha de algumas reflexões acerca de políticas públicas e seus desdobramentos no contexto educacional e de gestão, discutiremos essas concepções no âmbito da Rede Cuca, a qual se configura como uma política pública voltada para as juventudes da cidade de Fortaleza-CE. Ao abordar as questões sociais que permeiam a sociedade, especialmente as desigualdades entre as pessoas, a rede visa fomentar iniciativas de combate às injustiças sociais, com foco nas juventudes da cidade, principalmente aquelas provenientes das periferias.

De acordo com Silva (2021, p. 7),

Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCAs, constituem-se, segundo documento de impacto e avaliação, em uma política pública destinada à proteção social e atendimento da juventude de Fortaleza, na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade.

O foco em políticas de amparo às juventudes está alinhado com a proposta da própria rede, ancorada pelos princípios da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que estabelece o Estatuto da Juventude. O Capítulo I, artigo 1º da lei afirma que "Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE" (Brasil, 2013). Assim, a lei assegura em seu escopo que os jovens devem ter seus direitos garantidos na sociedade, pressupondo a observância dos princípios que orientam a sua efetivação.

Quanto aos princípios alinhados ao artigo 2º da Seção I do Estatuto da Juventude,

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

---

<sup>2</sup> O Estatuto da Juventude, promulgado em 5 de agosto de 2013, por meio da Lei nº 12.852, visa à proteção dos direitos dos jovens brasileiros, em conformidade com os princípios e diretrizes das políticas públicas direcionadas à juventude. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2023.

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013).

Diante do exposto, o Estatuto da Juventude configura-se como um documento legal constituído para assegurar os direitos dos jovens. Esses direitos são e devem ser norteados pelos princípios explicitados, garantindo o bem-estar das juventudes do país.

Nesse sentido, a Rede Cuca adota como base de sua fundamentação os princípios contidos no Estatuto da Juventude. O desenvolvimento de suas ações voltadas para os jovens está alinhado, principalmente, à promoção da autonomia e emancipação.

Silva (2021) reforça ainda, destacando que a rede se caracteriza como uma instância de efetivação promocional de proteção social. A autora, que também atua como artista-docente de teatro na rede, demonstra em seus estudos o quanto a rede foi significativa tanto para ela quanto para seus estudantes, proporcionando-lhes acesso a oportunidades que, por vezes, a escolarização não conseguira contemplar.

A Rede CUCA se define como uma rede de proteção social e oportunidades, formada hoje, por um conjunto de 4 complexos multiculturais, esportivos e educacionais, denominados Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, mantido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, localizados na cidade de Fortaleza, mantidos pela Prefeitura Municipal, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. (Silva, 2021, p. 28).

A autora se refere aos quatro primeiros equipamentos lançados (Cucas: Barra, Mondubim, Jangurussu e José Walter), sendo o último (Cuca Pici) excluído de seus dados de pesquisa devido ao seu lançamento prático em 2022. Dessa forma, faz menção aos Cucas como instâncias socioeducativas visando promover a garantia dos direitos de acesso à educação, cultura, arte, esporte e outros benefícios para os jovens da cidade.

Reforçando o que consta na teoria legal, as visitas à Rede Cuca nos proporcionaram a oportunidade de exercer um olhar mais sensível e de análise para verificar se as manifestações das juventudes daquele espaço estão, de fato, ocupando a rede e obtendo autonomia e representatividade no ambiente.

**Figura 7** – Espaço do Cuca Barra.



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Durante a observação de campo realizada no Cuca Barra, pudemos perceber algumas manifestações dos jovens expressas no espaço. Dentre essas manifestações, as duas fotos contidas na figura 7 demonstram o caráter social e político defendido na rede, a qual é composta, em sua maioria, por jovens que residem nas proximidades.

A escolha pela forma de expressão em destaque ocorreu em consonância com a consolidação da manifestação criativa de caráter crítico e reflexivo, princípios estes defendidos no Estatuto da Juventude. Além disso, observa-se a referência à representatividade de sujeitos que resistem e lutam por justiça social, como a garantia



dos direitos humanos em diferentes vertentes, como saúde, paz, lazer, esporte, arte e, principalmente, a vida.

Diante do exposto, percebemos que o espaço, de fato, promove expressões que revelam a marca identitária das pessoas que o ocupam, mostrando suas pautas, lutas e anseios diante de uma conjuntura de disputa que é o Sistema Capitalista.

Na observação de campo desenvolvida no Cuca Mondubim, encontramos mensagens que se assemelham a essa linha de defesa. São elas:

**Figura 8 – Espaço do Cuca Mondubim.**



**Fonte:** Acervo do autor, 2023.

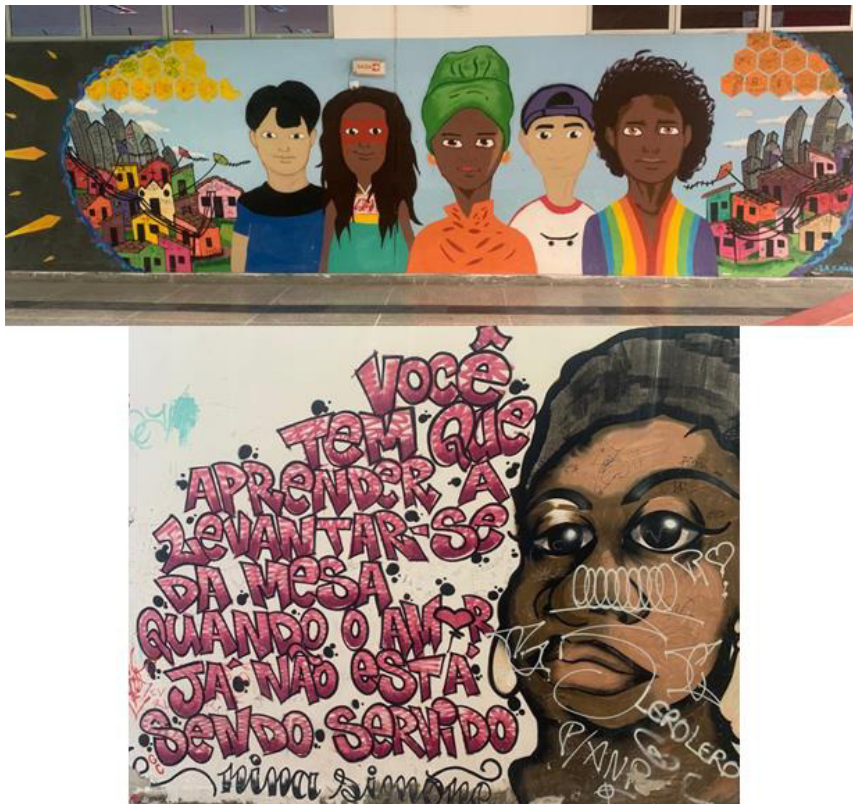
A Figura 8 é composta por duas fotos de caráter mais imagético, as quais, por si só, transmitem uma mensagem significativa. Com um caráter de resistência das negritudes, que também dialoga com a Figura 7, elas evidenciam que as juventudes negras estão presentes nos ambientes em questão, revelando-se com uma postura política e crítica de intervenção na realidade no que diz respeito à luta pelos direitos.

Ao mesmo tempo em que mostram a promoção do respeito às identidades e à diversidade, essas imagens explicitam o amor e afeto destinados às suas

comunidades. Elas destacam que as periferias são constituídas por pessoas capazes de contribuir para uma cidadania mais inclusiva e digna de vida, independentemente das diferenças existentes entre as pessoas.

No Cuca Jangurussu, deparamo-nos também com imagens significativas de cunho humanístico, as quais dialogam com as demais apresentadas até agora.

**Figura 9** – Espaço do Cuca Jangurussu.



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Na Figura 9, encontram-se duas fotos provenientes da observação de campo realizada no Cuca Jangurussu. Nessas imagens, percebe-se a mensagem de inclusão da diversidade na sociedade, ao mesmo tempo em que lança luz sobre a importância do afeto entre as pessoas e, principalmente, sobre a valorização do sujeito e de sua identidade e linhagem.

A luta pela inclusão social está em constante movimento. Como já foi abordado anteriormente, a imersão de uma parcela significativa da sociedade nas margens revela quão injusto é o sistema em que vivemos, no qual uma pequena parcela da população usufrui dos benefícios sociais, enquanto a maioria sobrevive de regalias.

Nesse contexto, a garantia dos direitos e a inclusão social configuram-se como formas de combater essas injustiças. Dialogando com essa mensagem, prosseguimos com os registros obtidos a partir da observação de campo realizada no Cuca José Walter.

**Figura 10** – Espaço do Cuca José Walter.



Fonte: Acervo do autor, 2023.

A Figura 10, também composta por duas fotos, faz alusão à importância identitária da negritude, acompanhada de uma mensagem que destaca que vidas negras importam. Nesse contexto, como forma de representatividade, as negritudes que frequentam a Rede Cuca deixam suas marcas, revelando o preconceito existente na sociedade, que gira em torno, principalmente, de um perfil padronizado de cidadão a ser beneficiado: a branquitude.

Esse apontamento evidencia o despertar das negritudes em função do combate ao preconceito, bem como o reconhecimento e o sentimento de pertencimento das identidades negras com suas raízes históricas, visando à construção de uma sociedade inclusiva e democrática.

Petit (2015) nos alerta sobre a necessidade de promover uma conscientização das negritudes com suas raízes históricas, fazendo delas inspirações capazes de

fortalecer a identidade negra diante de um cenário social em que a branquitude impõe-se como modelo de cidadão a seguir. Para isso, é preciso despertar a conscientização de modo gradativo e crítico, fazendo com que a população negra se sensibilize e se sinta pertencente às suas raízes afroancestrais, ou seja, tenha o sentimento de pertencimento identitário com e entre os seus pares do passado e do presente.

Por último, mas não menos importante, apresentam-se os registros obtidos no Cuca Pici, sendo este o último a ser lançado dentro da Rede Cuca, e que compartilha algumas mensagens simbólicas que se conciliam com as demais.

**Figura 11** – Espaço do Cuca Pici.



Fonte: Acervo do autor, 2023.

A Figura 11 nos apresenta a referência à cultura de paz, que faz parte dos princípios do Estatuto da Juventude, assim como a valorização das juventudes. Além disso, destaca as negritudes, um tema notório desde os primeiros registros apresentados e provenientes das observações de campo. Com isso, torna-se perceptível que a rede é frequentada, principalmente, por jovens negros, os quais no espaço em questão, sentem-se acolhidos para participar e se expressarem livremente.

As imagens nos mostram que os jovens estão cientes dos descasos e das injustiças sociais, principalmente no âmbito da racialização. Além disso, revelam que os jovens se sentem pertencentes àquele espaço, ou seja, parte integrante da Rede Cuca.

Desse modo, e a partir das imagens apresentadas, podemos perceber uma autonomia da juventude nos espaços da Rede Cuca, associada aos tipos de serviços e objetivos que a rede propõe, ou seja, a promoção de formações de caráter crítico e emancipador. Para que haja esse tipo de oferta de serviços, os agentes da rede devem dialogar com a proposta do Estatuto da Juventude, o qual faz alusão ao direito à vida e ao estabelecimento de uma sociedade democrática.

Assim, as formas de gestão da rede devem se alinhar aos princípios do Estatuto da Juventude, especialmente no que diz respeito à abertura de um espaço de inclusão e relevância para as pautas sociais. Segundo Silva (2021), a Rede Cuca e seu quadro de agentes são inspirados principalmente no Estatuto da Juventude e também nos fundamentos de Paulo Freire, prezando pelo alcance da promoção de formações de caráter humanitário e democrático por meio da dialogicidade estabelecida com seus estudantes.

[...] existia um setor de coordenação pedagógica que estimulava a equipe docente a trabalhar com base nos conceitos do educador brasileiro Paulo Freire, aliando o sujeito e seu contexto na busca pelo exercício de autonomia. Este alinhamento me proporcionou aos poucos a consciência sobre o que acreditava e iria defender ao longo da minha trajetória de vida como artista-docente de teatro, como por exemplo, proporcionar um espaço para que as juventudes pudessem trazer sua história de vida para sua formação teatral dialogando com minhas contribuições para nossa formação artística, pedagógica e humana, estabelecendo uma relação de troca de saberes. (SILVA, 2021, p. 11-12).

A perspectiva de educação de abordagem freireana, que se alinha aos princípios do Estatuto da Juventude, valoriza a dialogicidade entre os agentes da educação, possibilitando a promoção de aprendizagens a partir da troca de saberes. A autora alega que as histórias de vida dos estudantes e das comunidades que frequentam a Rede Cuca também integram o desenvolver da sua prática docente.

A importância da participação dos jovens e, conseqüentemente, das comunidades torna-se algo relevante, pois, conforme as reflexões de Oliveira e Barbalho (2018), a rede, enquanto representação social, deve prezar pela relação mútua entre a entidade e as comunidades no desenvolvimento efetivo e significativo

de sua função. Para isso, à medida que a rede foi se expandindo, estabeleceu também a extensão do seu fluxo de relações, como apresentam a seguir:

Na Rede Cuca, percebe-se que o modelo de gestão buscou definir os fluxos de circulação dos interesses das diversas diretorias e coordenadorias (Diretoria de Promoção de Direitos Humanos; Diretoria de Educação, Esporte e Cultura; Diretoria de Comunicação; e Diretoria Administrativa Financeira) (OLIVEIRA; BARBALHO, 2018, p. 10).

Ao referir-se ao modelo de gestão, nota-se a pluralidade no entrelaçar das relações entre as diretorias e coordenadorias, visando a efetivação de um trabalho democrático e humanístico. Desse modo, as formas de gerenciamento das relações consideram uma associação mútua entre a rede e seus agentes, juntamente com os estudantes e as comunidades, o que aproxima a realidade de vida presente nos espaços em que os Cucas estão inseridos.

Sabendo disso, a rede, como política pública, e seu funcionamento refletem a forma como a sua gestão acredita nos fundamentos da democracia e na luta por igualdade, juntamente com as juventudes, por melhorias de vida para elas e para a sociedade como um todo. Nesse seguimento de pensamento, Oliveira e Barbalho (2018, p. 15) reforçam ainda:

Construir a política pública em redes significa, necessariamente, acreditar/executar por meio de contínuo diálogo sobre a identificação de diferenças e semelhanças entre os diversos segmentos que compõem a sociedade moderna e plural, para que possam, juntos, planejar e colaborar na execução de ações públicas que afirmem os direitos fundamentais.

A colaboração coletiva caracteriza os fundamentos da democracia, e no que concerne à gestão da rede, esta, por sua vez, traz uma perspectiva de gestão democrática, a qual tende a ter uma função social e emancipatória. Dessa forma, a gestão da Rede Cuca deve articular-se na implementação de relações democráticas que se fortaleçam na promoção dos direitos humanos, como Oliveira e Barbalho (2018, p. 15) destacam: “No que se refere à Rede Cuca, atuar em rede representa, principalmente, a implementação, execução e avaliação de programas e políticas públicas voltados à proteção social e ao oferecimento de oportunidades para os jovens”.

A oferta de políticas públicas requer a atribuição de valores sociais em seu desenvolvimento, pois, como já abordamos no capítulo anterior, toda política pública

possui necessariamente um caráter comunitário/social. Na Rede Cuca, isso fica mais que nítido, desde as leituras realizadas até o contato mais direto com os espaços, no que tange às observações de campo.

As mensagens explícitas nas paredes dos Cucas desvelaram/desvelam os anseios das juventudes que frequentam os espaços, ao passo que mostram também seu caráter de luta e resistência na medida em que realizam intervenção social e política nas próprias paredes, expressando seus conhecimentos acerca dos direitos humanos garantidos nos princípios da legislação brasileira.

A reflexão sobre esse novo paradigma, em termos dessa forma de intervenção social e política, acaba por criar um modelo de gestão pública que precisa contemplar interesses coletivos de diversos segmentos da sociedade. Entende-se que o exercício e aprendizado contínuos na gestão pública das redes possibilita melhorias significativas às práticas institucionais desenvolvidas em cada um dos Cucas (OLIVEIRA; BARBALHO, 2018, p. 15).

Diante do exposto, a gestão pública deve caminhar de mãos dadas com os agentes responsáveis pela rede, juntamente e, principalmente, considerando as atribuições reverberadas no meio social, ou seja, com seus estudantes e com as comunidades. Desse modo, as ações desenvolvidas na rede assumem um caráter significativo e condizente com as diferentes realidades que compõem cada um dos Cucas.

As iniciativas interventivas devem promover amparo para aqueles que precisam, exercendo a efetivação da própria legislação brasileira no que diz respeito à promoção de políticas públicas voltadas para a sociedade. Tais ações devem ser capazes de intervir com transformação da realidade social quando preciso, visando a melhoria para a população, e, neste caso, para os jovens de Fortaleza-CE.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desenvolvidos em torno da temática de políticas públicas resultaram na ampliação de conhecimentos pertinentes e necessários para a nossa qualificação em gestão de políticas públicas. A compreensão dos fundamentos e conceitos foi precisa, proporcionando, por assim dizer, a delimitação e formulação do tema desenvolvido.

Ao prosseguirmos com os desdobramentos advindos dessa temática, surgiu a necessidade desdobrar uma atenção específica às políticas públicas relacionadas à educação. Isso se justifica pelo fato de que as políticas educacionais contribuem para o alcance de uma formação crítica e reflexiva dos cidadãos, fazendo com que estes tenham a consciência e/ou o conhecimento, por exemplo, dos princípios defendidos no escopo legislativo/constitucional do país, tais como os Direitos Sociais elencados no Capítulo II da Constituição Brasileira de 1988, especificamente no artigo 6º, ao alegar que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Direitos esses que não são alcançados de forma efetiva e significativa na prática, uma vez que a sociedade capitalista é alicerçada na reprodução das desigualdades sociais, ao passo que lança políticas públicas como forma de reparação dos danos causados nas pessoas.

Assim sendo, percebe-se que a educação possibilita alcançar uma perspectiva para além do caráter assistencialista que, na maioria das vezes, permeia as intenções atribuídas às políticas públicas durante suas implementações sociais. Através da educação, é possível abordar e problematizar as questões histórico-sociais relacionadas às raízes dos problemas socioeconômicos, as quais resultam na necessidade da implementação de políticas públicas como forma de reparação das injustiças sociais.

As políticas públicas voltadas para a educação não visam apenas corrigir o erro cometido ou reproduzido na sociedade, mas também buscam evitar a persistência de sua reprodução, a qual é demarcada ao longo da história, como ocorre com a reverberação das desigualdades sociais. Essa superação da lógica de manutenção da permanência das desigualdades sociais ocorre por meio da promoção de uma



educação crítica que busca sensibilizar e conscientizar os cidadãos em relação aos seus direitos e deveres na sociedade.

Observamos também que, para que a implementação de políticas públicas seja efetivada de forma significativa, é necessário contar com uma gestão inspirada nos princípios democráticos, que defenda os direitos dos cidadãos de maneira integradora e inclusiva. A gestão de políticas públicas, na perspectiva democrática, deve dialogar com os anseios e interesses da população em geral, não se restringindo aos interesses de uma parcela pequena da população (burguesia) que se autointitula superior devido às condições de privilégio resultantes das injustiças sociais que permeiam a realidade do sistema capitalista.

Partindo desse embasamento teórico e relacionando-o aos estudos em torno da proposta temática, que teve como foco compreender as atribuições sociais da Rede Cuca enquanto política pública voltada para as juventudes de Fortaleza-CE, observou-se um entrelaçamento entre os fundamentos teóricos que compõem a base dissertativa com as observações de campo desenvolvidas. Os registros nos permitiram destinar um olhar mais sensível às causas sociais que atravessam as realidades dos jovens que frequentam a rede, os quais levantam a bandeira de luta e resistência pelos direitos humanos e, de forma mais precisa, por justiça racial.

Entender a Rede Cuca como uma política pública em transição demandou uma atenção às suas formas interventivas no meio social, as quais tiveram como base inspiradora o Estatuto da Juventude e os fundamentos de Paulo Freire, o Patrono da Educação Brasileira. Nesse sentido, observou-se que os desdobramentos que influenciam o funcionamento da rede estão atrelados aos fundamentos da dialogicidade, os quais, por sua vez, abrangem os princípios norteadores rumo à democracia.

Os serviços oferecidos pela rede, seja por meio de cursos com formações em arte, cultura, tecnologia, esportes e outros, tendem a levar em consideração a realidade dos jovens para a execução da prática educativa e/ou mediadora dos agentes que a compõem. Conforme constatado nas reflexões da autora e artista-docente Silva (2021), a prioridade dos serviços que a rede promove deve ser destinada aos jovens, para que estes, por sua vez, possam trilhar seus próprios caminhos com confiança e autonomia em busca de seus sonhos.

Salienta-se, ainda, para que isso permaneça e progrida junto aos jovens, fornecendo-lhes condições para que possam avançar cada vez mais rumo aos seus

sonhos, a Rede Cuca tende e deve continuar a exercer sua função social como uma política pública aberta ao diálogo, à inclusão e à democracia, estabelecendo uma relação mútua com as juventudes e comunidades. Deve comprometer-se sempre com os princípios humanos, associando a assistência com a promoção de uma educação/formação que sensibilize e conscientize criticamente os jovens que a frequentam. E estes, como foi constatado nas suas próprias manifestações (expressas nas paredes dos Cucas) de intervenção político-social, devem se sentir cada vez mais capazes de protagonizar o seu futuro, sendo agentes de mudança e transformação da realidade que os cercam. Somente assim, com a conscientização coletiva, poderemos alcançar um modelo de sociedade mais justo e humanitário.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In: **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde** / Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DEWEY, J. (2007). **Democracia e educação**. Didáctica Editora.

DICIO. **Política Pública**. Site Dicionário Online de Português, (online). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=politica+p%C3%BAblica>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FORTALEZA. **Rede Cuca**. Site da Juventude da Prefeitura de Fortaleza, 2023. Disponível em: <<https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

HENRIQUE, Marco Antônio; *et al.* **Gestão e políticas públicas**. Anais do XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010. Disponível em: <[https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2010/anais/arquivos/0025\\_0744\\_01.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0025_0744_01.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143572>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MASSAMBANI, Israel Felipe Werner. **Uma análise das políticas públicas do terceiro setor:** ações realizadas pela Igreja Batista Central na comunidade do Ancuri entre os anos de 2015 e 2020. (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de Graduação) Universidade Federal do Ceará - UFC, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas. Fortaleza, 2021.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação:** conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, V.4, N° 2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Erlon Albuquerque de; BARBALHO, Alexandre Almeida. Os limites e as possibilidades dos Cucas como política pública de juventudes em rede. **Conhecer Debate entre o Público e o Privado**, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/download/1048/949/4315>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PECI, Alketa; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. Administração, gestão e políticas públicas: interfaces e diálogos com o campo organizacional. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, Edição Especial, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395183908>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia:** pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores, 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

SILVA, Roberta Bernardo. **Perspectivas metodológicas do ensino de teatro da Rede Cuca Fortaleza - CE com base nas trajetórias de vida, formação e práticas docentes.** (Dissertação de Mestrado) - Mestrado Profissional em Artes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE. Fortaleza, 2021.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 16 ago. 2023.